



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

11/09/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo estuda liberar até R\$ 14 bi em FGTS; 'fundo aguenta', diz ministro

O governo estuda uma possível liberação do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para quem optou pelo saque-aniversário nos últimos anos e, por isso, ficou impedido de acessar os recursos ao ser demitido.

O saque-aniversário foi criado em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), e permite ao trabalhador resgatar parte do saldo do FGTS anualmente —em compensação, o trabalhador fica impedido de sacar o valor integral da conta caso seja demitido (podendo acessar somente o valor referente à multa rescisória de 40% paga pela empresa).

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirma que o esboço de projeto de lei para mudar as regras está em análise da Casa Civil há cerca de 30 dias e aguarda um aval de Lula para que seja encaminhado ao Congresso.

Segundo o titular da pasta, o texto libera o saldo integral para quem optou pelo saque-aniversário e acabou sendo demitido nos últimos anos. A notícia foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha. Além disso, a proposta é acabar com a trava antisaque para quem for demitido a partir de agora.

"O FGTS tem algumas funções. Uma delas é criar um socorro ao trabalhador em caso do infortúnio do desemprego. Hoje, ele está impedindo de fazer isso", afirma à Folha.

De acordo com ele, a proposta não contém outras iniciativas e já foi debatida com Lula e com outros ministros — e a recepção à ideia, segundo ele, foi "normal". "Afinal de contas, é um direito do trabalhador. Esse dinheiro é dele", afirmou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 08 de setembro.

Supremo retomará nos próximos dias julgamento sobre índice de correção do FGTS

O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá retomar nos próximos dias o julgamento do processo de correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O ministro Nunes Marques, após ter pedido vistas do caso (mais tempo para análise), devolveu a ação ao plenário e abriu caminho para que o tema seja pautado novamente e retorne à discussão da Corte.

Segundo os especialistas, a correção desses depósitos é um tema de grande importância, uma vez que afeta diretamente o valor que os trabalhadores terão disponível quando sacarem seus recursos, seja para aposentadoria, compra de imóveis ou outras finalidades.

"O processo de correção do FGTS discutido no STF envolve a forma como a Caixa realiza essa correção", afirma o advogado Mateus Freitas, do escritório Aith, Badari e Luchin.

O ponto da discórdia está na correção monetária, que de fato vai proteger os recursos, mantendo seu poder aquisitivo. Mas economistas afirmam que a partir de 1999 a TR deixou de repor a inflação de forma eficiente, o que levou a discussões sobre a remuneração dos saldos do FGTS.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 11 de setembro.

Na mira do governo, saque-aniversário é usado por 32,7 milhões de trabalhadores

O saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instrumento que entrou na mira do governo, ganhou escala ao longo dos últimos anos e passou a movimentar bilhões de reais no sistema bancário, por meio de empréstimos que antecipam as retiradas do Fundo. Segundo a Caixa Econômica Federal, 32,7 milhões de trabalhadores aderiram ao saque-aniversário, sendo que metade (16,9 milhões) contratou financiamento tendo esses recursos como garantia. Até agosto de 2023, o total de créditos contratados por essa via somava R\$ 111,4 bilhões.

Dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) do início do ano apontavam que 70% dos usuários dessa linha estavam negativados, e não tinham acesso a outras fontes de crédito.

Esses números dão a dimensão de quão espinhoso é o assunto para o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que é contrário ao saque-aniversário e quer restringir o acesso a ele.

Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 11 de setembro.

Reforma Tributária pode aliviar folha de pagamento de igrejas, partidos e sindicatos

A Reforma Tributária pode acabar com a cobrança de PIS/Pasep sobre a folha de pagamento de um determinado grupo de contribuintes. Entre eles, igrejas, entidades sem fins lucrativos, partidos políticos, sindicatos e condomínios de imóveis residenciais ou comerciais.

Também estão na lista serviços sociais, conselhos profissionais, fundações públicas e privadas e organizações de cooperativas.

A alíquota sobre a folha de pagamento é de 1% nesses casos. Em geral, os demais contribuintes pagam o PIS sobre faturamento com alíquotas de 0,65% no sistema cumulativo ou 1,65% para quem tem direito a crédito.

A Reforma Tributária acaba com cinco tributos. Entre eles, o PIS, cuja arrecadação é destinada ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para custeio do seguro-desemprego e do abono salarial e para financiamento de programas do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Esse tributo federal será transformado, com a Cofins, na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que terá parte dos recursos destinados ao FAT e será cobrada nas vendas de bens e prestação de serviços. A extinção do PIS está prevista para 2027.

Daniel de Paula, especialista tributário do IOB, diz que tais entidades não contribuirão mais com o 1% sobre a folha, segundo o texto da PEC 45 aprovado na Câmara e que está agora em análise no Senado.

"É preciso aguardar para avaliar se esse tema agora será tratado pelo Senado. Se não houver nenhuma exceção, o entendimento é que tais entidades não contribuirão mais com 1% sobre a folha", afirma.

O especialista destaca que, em razão de decisões judiciais, algumas entidades beneficentes de assistência social certificadas já não recolhem o tributo sobre a folha.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 09 de setembro.

Brasileiro paga R\$ 9.600 por mês a cada militar aposentado

A discussão sobre gasto previdenciário ficou esquecida após a grande reforma em 2019. Houve redução em despesas da União nos primeiros anos. No entanto, os déficits ainda são pesados, pois as contribuições são insuficientes para pagar todas as aposentadorias, especialmente entre os militares, alertam especialistas.

O economista Paulo Tafner, um dos maiores especialistas em Previdência, conta que o gasto com inativos no serviço público ainda permanece alto. Em vários estados e municípios, ele já superou a despesa com ativos, por exemplo.

"Muita gente no serviço público que entrou antes de 1998, quando ocorreu a reforma, tem direito à integralidade e ainda vai se aposentar", afirma. "Acredito que, em algum momento, o gasto com inativos até vá impedir aumento salarial para os ativos."

No caso dos militares, ele lembra que as mudanças foram feitas em 2019 por meio de projeto de lei, pois o tema não é matéria constitucional. Foi estabelecido um mesmo regramento para Forças Armadas em nível federal, PM e bombeiros no estados. Os seus efeitos, porém, não se mostram tão efetivos quanto o da reforma dos civis.

"A situação melhorou em relação ao que era, mas as medidas para os militares foram modestas em relação ao que poderiam e deveriam ser", afirma Tafner.

Logo após a reforma, o então Ministério da Economia estimou que a União teria uma economia de R\$ 10,45 bilhões em dez anos com a reforma dos militares.

A diferença entre o que é desembolsado para cobrir os benefícios e o que é efetivamente gasto para pagar aposentados, reservistas e pensionistas é uma demonstração do descompasso financeiro, explica o economista Felipe Drumond, consultor da República.org, entidade que atua para ampliar as discussões sobre o funcionalismo público no Brasil.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 09 de setembro.